

# Governo **não** define data para alteração do salário docente

De acordo com informações divulgadas pelo Ministério do Planejamento, a alteração no salário dos servidores públicos federais abrangidos pelas Medidas Provisórias 430/08 e 431/08 ainda não têm data para serem repassados aos docentes.

Em maio, por pressão dos parlamentares opositores ao governo, a MP 430 que concede crédito de R\$7,56 bilhões para o pagamento dos acréscimos aos salários dos funcionários públicos foi transformada no Projeto de Lei (PLN nº5/08). O PL já está no Congresso Nacional e será apreciado pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) para, em seguida, ser votado em sessão conjunta do Congresso.

O governo ainda estuda se pagará o reajuste retroativo a março em folha suplementar ou se o incluirá nos contracheques do próximo mês.

A luta da categoria não se encerra com a edição da MP pelo governo federal, que não atende as reivindicações docentes.

Leia nas páginas 5 e 6

Professor, veja na página 7  
se o seu nome consta na  
listagem do jurídico.

Assunto: FGTS



## Docentes debatem sobre assédio moral nas relações de trabalho



Páginas 2 a 4

## Relações perversas no trabalho universitário: assédio moral

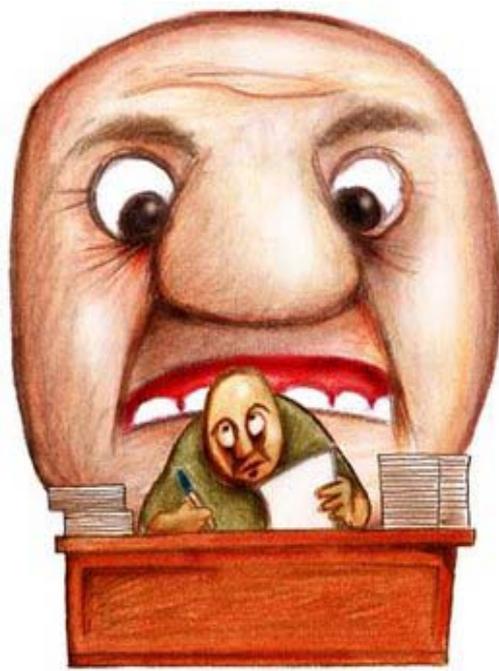
Por Ricardo Antunes de Sá\*

Um dos grandes fenômenos patológicos presentes atualmente nas relações do trabalho em geral é o denominado assédio moral. O que vem a ser assédio moral? São ações raciocinadas e racionalizadas por indivíduos e/ou grupos que no limite, desejam impor sua hegemonia pessoal e/ou política por meio da desqualificação do outro. Os grupos ou os indivíduos precisam demarcar posição e a fazem por meio de estratégias perversas.

Quando falamos em desqualificação referimo-nos a mecanismos intelectivo-simbólicos que são engendrados por meio de palavras, atos ou encenações. São ações estigmatizantes em relação ao indivíduo que se deseja excluir, diminuir e/ou destruir profissional, política ou pessoalmente. Esses mecanismos levam o indivíduo “alvo” a um imobilismo psíquico a ponto de comprometer sua saúde mental e física.

Segundo Hirigoyen (2002, p.69): “Quando o processo de assédio se estabelece, a vítima é estigmatizada: dizem que é de difícil convivência, que tem caráter, ou então que é louca. Atribui-se à sua personalidade algo que é consequência do conflito e esquece-se o que ela era antes ou que ela é em um outro contexto. Pressionada ao auge, não é raro que ela se torne aquilo que querem fazer dela”

A academia como instituição social que presta serviço à comunidade na produção e democratização de conhecimento científico, cultural e tecnológico, analogamente a outras entidades e organizações da sociedade civil, manifesta, também, em seu interior, relações de trabalho perversas. As indicações de assédio moral numa instituição educacional assumem características específicas dada sua natureza no trato com o conhecimento e na socialização da produção científica.



De que forma a perversidade afeta os trabalhadores intelectuais docentes e técnicos-administrativos individual e/ou coletivamente na academia?

No âmbito das relações de trabalho acadêmico o assédio vai aparecer na minimização do esforço de um indivíduo ou grupo; na desconsideração de seu trabalho; na imposição de metas e obrigações impossíveis de serem cumpridas; na desqualificação em relação à manifestação verbal do outro; na distorção de fatos e eventos ocorridos com o outro; na negação da existência da história do outro por meio de ações administrativas de desconsideração/desconstrução objetiva de documentos produzidos pelo outro, em momentos históricos anteriores; na manipulação ardilosa e racional por meio de discurso ou de outra forma de rebaixar o outro profissional, pessoal e ideologicamente. Segundo Pena-Vega: “Essa hostilidade não vem só da disputa e da competição, mas, ainda mais, é uma hostilidade intelectual abstrata pelas idéias do outro, pelas

daqueles que invadem seu território” (2001, p.132/133).

O diálogo necessário entre as diferentes posições teórico-metodológicas deveria e deve ser pedra de toque nas relações acadêmicas. A diversidade de *olhares epistêmicos* é que garante a qualidade de uma instituição universitária e que possibilita à construção da autonomia intelectual e científica dos estudantes. Esse diálogo se tornará mais premente e necessário se a instituição for da esfera pública. A não observância desse princípio por parte de alguns no espaço acadêmico pode indicar ou desencadear processos perversos de assédio moral, de perseguição ideológica mimetizada muitas vezes por procedimentos ditos “técnicos”.

Pensamos que a Universidade é o espaço de construção do conhecimento científico, cultural e tecnológico e que a “luta” partidária deve ser travada somente no âmbito das relações sociais, em espaços destinados a isso. Os partidos políticos têm sua especificidade e, um de seus objetivos é a conquista do poder. Nenhuma doutrina partidária deve obliterar, interferir no diálogo epistemológico, na administração ou na liberdade de pensamento. Embora não se possa prescindir do diálogo político com todas as correntes político-partidárias representativas da sociedade, a academia deve ser preservada a todo custo do embate político-partidário, sob pena de criarmos internamente uma ambiência de conflagração ideológica, profissional e pessoal que podem desembocar em processos perversos de assédio moral.

O assédio moral se constitui numa patologia sócio-psíquica que precisa ser coibida na medida em que, além de causar transtornos, às vezes, irreparáveis, aos

### Expediente

**Adur Informa** é uma publicação da Associação dos Docentes da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seção Sindical do ANDES-SN

Associação dos Docentes da UFRuralRJ. **Endereço:** Rod. BR 465, Km 7 – Campus da UFRRJ – Seropédica (RJ). **CEP:** 23.851-970 – **Caixa Postal:** 74.537

**Telefax:** (21) 2682-1379 - **Tel.:** (21) 3787-8464. **E-mails:** adurj@adur-rj.org.br ou imprensa@adur-rj.org.br. **Conselho Editorial:** Professores Celia Regina Otranto, Francisco de Assis da Silva, Frederico José Falcão, José dos Santos Souza, Lenício Gonçalves, Lenir Furtado. **Redação, edição e diagramação:** Aline Pereira (Reg. Profissional 25163 Mtb).

**Fotolito e impressão:** Tipológica Comunicação Integrada. **Tiragem:** mil exemplares

indivíduos/trabalhadores(ras), causa um aumento das ausências ao trabalho, das licenças prolongadas para tratamento de saúde; de relações inter-pessoais degradantes; de ambiente improdutivo e processos coletivos psicóticos. No caso do espaço público de trabalho o assédio moral gera um aumento do custo da máquina pública que vai ser “paga” pelo conjunto da população que, por contradição, demanda de serviços públicos de qualidade.

A perversidade perpetrada pelo assédio moral “[...]” não provém de uma perturbação psiquiátrica e sim de uma fria racionalidade, combinada a uma incapacidade de considerar os outros como seres humanos” (Idem, p.13). O diferente é tratado como adversário, como inimigo. É aquela história de demonizar o oponente, o diferente, o outro que não pensa igual a nós, as quais representam manifestações típicas de regimes totalitários, sejam da direita ou da esquerda.

Precisamos humanizar as relações de trabalho na Academia, até porque uma sociedade democrática se inscreve e se estabelece sobre princípios inegociáveis inscritos na Constituição Federal. É preciso que fortaleçamos as práticas democráticas e transparentes como condição *sine qua non* de convivência profissional e pessoal na academia. Conviver com o diferente, com o novo, com o outro, implica numa profunda dialeticidade do pensamento e da ação, as quais opõem-se a qualquer dogma, a qualquer verdade e postura absoluta e/ou absolutista no âmbito das relações de trabalho acadêmico.

O assédio moral se constitui numa patologia sócio-psíquica que precisa ser coibida na medida em que, além de causar transtornos, às vezes, irreparáveis, aos indivíduos/trabalhadores(ras), causa um aumento das ausências ao trabalho, das licenças prolongadas para tratamento de saúde; de relações inter-pessoais degradantes; de ambiente improdutivo e processos coletivos psicóticos.

É preciso que exista uma ouvidoria independente, com a participação da sociedade civil, em condições de atender e encaminhar efetivas ações em relação a qualquer tipo de discriminação e desqualificação que atente contra a integridade física, psíquica e profissional dos trabalhadores nas relações de trabalhos dentro da universidade. Evidentemente que essa questão demanda cada vez mais a preocupação e o envolvimento permanente do sindicato representativo da categoria na defesa da saúde dos trabalhadores. A despeito de uma lida mais democrática no âmbito das relações de trabalho na instituição universitária, uma ação efetiva que pode minimizar procedimentos autoritários e perversos se inscreve em ação judicial contra o(s) agressor(es). É a única atitude que, disseminada e publicizada, poderá fazer frente a comportamentos *demens*..

A impunidade que vemos ocorrer muitas vezes nos crimes mais leves, quanto nos crimes mais hediondos e, no caso específico do assédio moral \*\*, perpetua no(s) assediador(es) a sensação de poder e de, no limite, acreditar em sua mente doentia que está agindo de forma politicamente correta e ética.

\* Mestre em Educação – UFPR, Doutor em Educação – UNICAMP. Professor Adjunto I do Setor de Educação da UFPR.

\*\* “[...] o Congresso Nacional acrescentou o artigo 136-A ao Decreto-lei n.2.848, de 7 de dezembro de 1940, do Código Penal brasileiro, instituindo o crime de assédio moral no trabalho. No artigo 136-A pode ser lido: ‘Depreciar de qualquer forma reiteradamente a imagem ou o desempenho do servidor público ou empregado, em razão de subordinação hierárquica funcional ou laboral, sem justa causa, ou tratá-lo com rigor excessivo, colocando em risco ou afetando sua saúde física ou psíquica. Pena-detenção de um a dois anos’ “(APUFP-PR, 2006, p04).

## Para saber mais sobre assédio moral:

\* [www.assediomoral.org.br](http://www.assediomoral.org.br)

\* [www.mte.gov.br](http://www.mte.gov.br)

\* [www.andes.org.br](http://www.andes.org.br)

\* ADUR INFORMA - Edição nº71 de 22 de junho de 2005.

\* [www.nesc.ufrj.br/assediomoral/](http://www.nesc.ufrj.br/assediomoral/)

\* [www.rae.com.br/artigos/1033.pdf](http://www.rae.com.br/artigos/1033.pdf)

\* MORAES, Rita. A lei do mais forte. ISTO É, São Paulo, n.1542, p. 84-89, 21 abr. 1999.



### Referências:

APUF-PR. **Assédio moral. Você sofre desse mal?** Curitiba (PR), Associação dos Professores da Universidade Federal do Paraná, 2006, p.20.

HIRIGOYEN, M.F. **Assédio moral: a violência perversa no cotidiano.** Tradução de Maria Helena Kühner. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

PENA-VEGA et al. **Edgar Morin: ética, cultura e educação**. São Paulo: Cortez, 2001.

## Docentes discutem assédio moral e ANDES-SN divulga publicação sobre o tema

A Profa. Lenir Lemos Furtado Aguiar participou, como representante da ADUR-RJ S. Sind., do III Encontro Intersetorial do ANDES-SN, em Brasília, nos dias 30 e 31 de maio e 1º de junho. O tema central do evento foi “LIBERDADE DE ORGANIZAÇÃO SINDICAL E ASSÉDIO MORAL”.

Na ocasião, professores reafirmaram a necessidade de o ANDES-SN intensificar a campanha contra o assédio moral nas universidades públicas e particulares. Muitos docentes relataram ter sofrido perseguição de seus superiores, principalmente após terem se filiado às seções sindicais. O caso é ainda mais grave quando trata-se dos professores que atuam em Instituições Particulares de Ensino Superior (IPES).

Durante o 27º Congresso do ANDES-SN (Goiânia), professores da ADUNIMEP

(Associação dos Docentes da Universidade Metodista de Piracicaba) divulgaram o livro “Comunicado Importante - memórias da resistência”, que narra a história de luta e resistência de 148 docentes demitidos arbitrariamente da instituição, em dezembro de 2006, por militarem por melhores condições salariais e de trabalho na instituição.

O ANDES-SN vem cumprindo a deliberação do 27º Congresso sobre o tema. Produziu a cartilha intitulada “Assédio Moral” e tem distribuído este material de apoio às suas seções sindicais. A realização deste III Encontro Intersetorial para discutir o assunto também foi uma das deliberações do Congresso do Sindicato Nacional, que tem denunciado o assédio moral às autoridades competentes (Ministério Público, Delegacias Regionais do Trabalho).



**ASSÉDIO MORAL**  
**CHEGA DE HUMILHAÇÃO**  
**DENUNCIE!**

Fonte: [http://bancariose.com.br/site/images/stories/boletins\\_2007/imagens/798/assedio\\_moral.jpg](http://bancariose.com.br/site/images/stories/boletins_2007/imagens/798/assedio_moral.jpg)

## Algumas condutas que caracterizam o assédio moral ao trabalhador:

- \* Dar instruções confusas ou imprecisas ao funcionário
- \* Designá-lo para novas tarefas e não treiná-lo para a função
- \* Atribuir-lhe erros imaginários
- \* Sobrecarregar o trabalhador com prazos de entrega impossíveis de serem cumpridos
- \* Mudar turnos e horário de trabalho sem consultar o funcionário
- \* Ignorar a presença do trabalhador e não cumprimentá-lo ou dirigir-lhe a palavra.
- \* Fazer críticas ao trabalhador em público ou, ainda, brincadeiras de péssimo gosto.
- \* Retirar os instrumentos de trabalho
- \* Vigiar o funcionário
- \* Caluniar, difamar e fazer circular boatos maldosos envolvendo o trabalhador

Fonte: Assédio Moral - Cartilha do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

## Denúncia à OIT

Recentemente, o ANDES-SN também apresentou denúncia à Organização Internacional do Trabalho (OIT), obtendo a promessa de examinar o assédio moral aos docentes de várias IPES. O teor desta denúncia pode ser lido no Caderno 24 – “Pela liberdade de sindicalização dos docentes das instituições particulares do ensino superior”, disponível na página eletrônica do sindicato.

[www.andes.org.br](http://www.andes.org.br)

## Setor afirma: “MP 431 representa mais um ataque do governo aos docentes das IES”

Dia 1º de junho, após o III Encontro Intersetorial do ANDES-SN, representantes das seções sindicais participaram de uma reunião do Setor das IFES - Instituições Federais de Ensino Superior.

Representando o ANDES-SN, o secretário geral Luiz Henrique Schuch socializou as preocupações e as dúvidas do Sindicato Nacional sobre as Medidas Provisórias nºs 430 e 431, que tratam da alteração salarial dos servidores públicos federais.

O Diretor do ANDES-SN destacou que uma análise preliminar da MP 431 aponta inúmeras indefinições, dúvidas e prejuízos para a categoria, trazendo impactos na questão salarial, na carreira docente e no próprio trabalho docente. Ela introduz a lógica da “eficiência” e retoma os mecanismos de avaliação por produtividade, elemento básico para trabalhar no sentido da exclusão dos aposentados, rompendo com os princípios de paridade e integralidade dos salários. Essa análise realça o acerto das decisões tomadas pelas assembleias de indicar à Diretoria do ANDES-SN a não-assinatura do acordo que se expressou nas medidas provisórias.

Luiz Henrique Schuch ainda salientou que o Sindicato Nacional e sua Assessoria Jurídica realizam estudos sobre os impactos da referida MP, pois, muito do conteúdo dela fica sujeito à interpretação que o Governo dará quando esta for de fato implementada.

Esta reunião do Setor das IFES, que dedicou-se à discutir exclusivamente a MP 431, aprovou os seguintes encaminhamentos:

**1) Estabelecer contato com a Deputada Fátima Bezerra**, que, segundo noticiado pela imprensa, seria a relatora da MP 431. O objetivo do Setor é buscar esclarecimentos quanto à tramitação e ao parecer desta MP, frente às emendas já apresentadas, questionando as possibilidades de alteração do conteúdo deste documento.

**2) Indicar à Diretoria do ANDES-SN as convocações:**

\* Comissão de Mobilização para a semana de 9 a 13 de junho, indicando às seções sindicais que realizem debates sobre as consequências da MP para carreira docente;

\* Reunião do GT Carreira, com o objetivo de analisar até que ponto a MP nº 431 torna mais difícil a luta do ANDES-SN e do SINASEFE pela carreira única;

\* Reunião do Setor das IFES antecedendo o 53º CONAD, caso a conjuntura se agrave.

**3) Redigir nota de esclarecimento à sociedade, destacando os seguintes pontos:**

a) Que o ANDES-SN participou de todo o processo de negociação com o Governo relativo à questão salarial, mas, cumprindo as deliberações da maioria das AGs de suas seções sindicais, não assinou o Termo de Acordo definido unilateralmente pelo Governo. Pesou nesse posicionamento o fato de o Movimento Docente entender que o acordo não atendia às reivindicações apresentadas pela categoria, apresentava incongruências e, sob vários aspectos, novos ataques aos docentes.

b) Que o Sindicato Nacional insistiu na necessidade de continuidade das negociações com o governo federal. Porém, a resposta do Governo foi a edição das MP nºs 430 e 431, que afetam os salários dos professores e que, pelas suas indefinições, vêm causando muita apreensão ao corpo docente das IFES.

c) Destacar que esta apreensão é fruto também da falta de informação oficial quanto a realização dos pagamentos, quer seja em relação à data em que ocorrerão, quer seja sobre o seu caráter de retroatividade – fatos que exigem a máxima atenção do Movimento Docente.

d) Alertar aos docentes que eles devem ficar atentos às situações particulares que possam surgir. Dentre elas: i) a assinatura dos termos de adesão individual, que, a despeito de possíveis pressões, deve ser pensado com calma, até mesmo, porque o prazo para sua assinatura se entende até agosto; ii) as indefinições para os que completam tempo de serviço para se aposentar; iii) a possível exclusão dos docentes aposentados dos reajustes de 2008, em função de provável não recebimento da GTMS; iv) o fato de que a MP nº 431 divide a categoria em cinco carreiras, criando grandes dificuldades para a implementação da carreira única defendida pelo ANDES-SN e pelo SINASEFE.



### Apenas 5% dos melhores estudantes almejam ser professores, diz estudo

Uma das constatações do levantamento encomendado pela Fundação Lemann e pelo Instituto Futuro Brasil é que apenas 5% dos melhores alunos que se formam no ensino médio desejam trabalhar como docentes da educação básica – que abrange os antigos primário, ginásio e colegial. Baixo retorno financeiro e desprestígio social da carreira docente são citados entre os principais fatores que contribuem para o afastamento de possíveis futuros professores das salas de aula.

Fonte: Folha de S. Paulo, 9/6/08

## Emendas na MP 431 não asseguram alteração salarial para aposentados

Nenhuma das 260 emendas apresentadas à MP-341/08, que estabelece a reestruturação da malha salarial dos servidores públicos federais, assegura o pagamento da GTMS aos aposentados e pensionistas. As emendas também não contemplam a definição dos valores dos vencimentos básicos para os docentes em regime de Dedicção Exclusiva, na razão de 55% de acréscimo aos valores do regime de 40 horas.

O alerta é da diretoria do ANDES-SN que, após analisar a MP-341/08 e as emendas apresentadas a ela, tem mantido contato com parlamentares para tentar corrigir os dois problemas. “Nós estamos aguardando a definição do relator para pleitear essas correções no texto da MP”, explica o 3º vice-presidente do ANDES-SN, Almir S. M. Menezes Filho.

### Questão de vontade política

Almir Martins ressalta ainda que a alteração salarial do funcionalismo poderia ser feita imediatamente se o governo Lula assim quisesse, já que a MP-340/08 ainda está em vigência.

Esta MP estabelece a complementação orçamentária de R\$ 7,5 bilhões necessária ao pagamento do reajuste do funcionalismo. Entretanto, conforme entendimentos com o Congresso, o governo decidiu transformá-la no Projeto de Lei do Congresso Nacional - PLN nº 05/08. “Mesmo considerando que a MP perderá seu objeto com a aprovação do PLN 05/08, o governo poderá, se quiser, agilizar o pagamento dos servidores por meio de folha suplementar”, explica o diretor.

### Tramitação do PLN nº 05/08

Durante o mês de junho, algumas emendas poderão ser feitas ao Projeto de Lei do Congresso Nacional - PLN nº 05/2008. A entrega do parecer do relator, deputado Jorge Khoury (DEM/BA), está prevista para a segunda quinzena de junho. A votação

do parecer e das emendas deve ocorrer de 20/6 a 29/6, quando o PL será encaminhado à Mesa do Congresso Nacional.

O PLN contém o mesmo teor da MP 430, que por não ter sido revogada garante o pagamento do reajuste decidido pelo governo a partir do mês de março. Até o fechamento desta edição, o Ministério do Planejamento não havia definido a forma como o reajuste, inclusive os valores retroativos, serão pagos: se por meio de folha suplementar ou nos contracheques de junho, segundo informou a Assessoria de Comunicação do órgão. O PLN foi apresentado pelo governo como resposta às críticas sofridas pela edição de uma nova MP alterando o Orçamento Geral da União logo depois de o Supremo Tribunal Federal (STF) ter se posicionamento contrário a esse tipo de medida.

O Ministério do Planejamento não divulgou ainda posição oficial sobre o pagamento da alteração salarial dos docentes. Embora o reajuste não corresponda às expectativas e às necessidades reais de reposição dos índices perdidos com a inflação acumulada desde 2006, e nem seja compatível com a valorização dos docentes, a categoria aguarda uma definição por parte do governo.

Como há medidas provisórias garantindo a ampliação do orçamento da União em R\$ 7,5 bilhões e dispendo sobre a reestruturação do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE, o governo não depende da aprovação do Congresso para executar o pagamento aos servidores. A Medida Provisória 430/2008 está na Ordem do Dia da Câmara (fase da sessão plenária destinada à discussão e à votação das propostas), mas segundo informações de funcionários da Secretaria Geral da Casa, o presidente Arlindo Chinaglia priorizará a regulamentação dos gastos mínimos em saúde, prevista na Emenda Constitucional 29.

**Alteração salarial de servidores acontecerá, mas não se sabe quando. Expectativa é para junho**

O projeto de lei que abre crédito extraordinário no valor de R\$ 7,5 bilhões - para o pagamento da alteração salarial dos servidores - e que substituirá a MP 430, está parado no Congresso Nacional desde o dia 27 de maio, data em que chegou ao Senado. Por causa do embate político em torno da criação da Contribuição Social para a Saúde (CSS) - a nova Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) - tanto as lideranças da base aliada como as da oposição deixaram o assunto de lado e sem perspectiva de ser votado nesta ou na próxima semana.

Apesar do discurso reforçar justamente o contrário, o governo não tem pressa em aprovar a proposta. Como a MP está em vigor, em tese, não há risco do reajuste autorizado aos 800 mil civis de 17 categorias do Executivo federal cair. Há tempo suficiente para que os parlamentares a aprovem, já que o texto tem validade até o fim de setembro - contando com o recesso parlamentar do meio do ano. No momento, o governo prefere se dedicar a resolver outros problemas. O principal deles é definir a forma como a alteração salarial será dada ao funcionalismo.

A expectativa era que a folha suplementar fosse paga esta semana, próxima a data normal do depósito dos salários. O ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, admite dificuldades momentâneas em rodar folha adicional. Segundo ele, o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) trabalha em ritmo acelerado, mas devido ao grande volume de processos, não tem conseguido ajustar as dezenas de tabelas remuneratórias no ritmo desejado.

Segundo o ministro do Planejamento, independente dos contratemplos, a alteração salarial ocorrerá ainda em junho. “Há uma decisão de pagar neste mês, mas não sabemos se será por folha suplementar. As pessoas vão receber, podem receber talvez só no fim do mês”, afirmou o ministro.



### “Estratégias de engino”

assim está grafado um dos capítulos de livro didático a ser distribuído aos professores de ensino médio e fundamental, sob responsabilidade do governo do Estado de São Paulo.

Fonte: Revista *Época*, 8 de junho

Fonte: ANDES-SN e *Correio Braziliense*

## Os professores abaixo devem comparecer à ADUR-RJ S. Sind, por favor, para tratar de assunto relacionado ao FGTS

ABNER CHIQUIERI  
ADELINA MARIA N. BARBOSA  
AGUINALDO E. DOS SANTOS  
ALDA MARIA M. DE A. SILVA  
ALEXANDRE RAVELLI NETO  
ALUIZIO TEIXEIRA DA SILVA  
ANA CELIA CASTRO  
ANDRÉ CALIXTO VIEIRA  
ANDRÉ DE ALMEIDA  
ANTONIO A. GARBOCCI BRUNO  
ANTONIO JOSÉ ALVES JÚNIOR  
APARECIDA CAYOCO I. PONZONI  
ARMANDO U. O. SABAA SRUR  
AURÉLIO BAIRD B. FERREIRA  
CARLOS E. C. DE ALBUQUERQUE  
CARLOS LUIZ MASSARD  
CELSO GUIMARÃES BARBOSA  
CLAUDETE REIS DA ROCHA  
DELICIO DE CASTRO  
DILMA ALVES COSTA  
EDINALDO DA SILVA BEZERRA  
EDISON LUIZ DA GRAÇA  
EDSON DE SOUZA BALIEIRO  
EDUARDO ANDRÉ T. AYROSA  
EDUARDO CARNOS SCALETSKY  
EDVA OLIVEIRA  
ELIZA HELENA DE SOUZA FARIA  
ERCILIA DA C. DELGADO DE SOUZA  
ERIK DAEMON DE SOUZA PINTO  
ESTÉLIO H. MARTIN DANTAS  
FABIO RICARDO REIS DE MACEDO  
FERNANDO PINHEIRO MONTE  
FRANCISCA FABIA GOMES FONTES  
FRANCISCO ADEMAR COSTA  
FRANCISCO GERSON ARAÚJO  
FRANCISCO RACCA FILHO  
GEOVAN DA SILVA SOUZA  
GERSON LUIZ VIEIRA COELHO  
GILBERTO GARCIA BOTELHO  
GONZALO EFRAIN MOYA BORJA  
IRINEU LOBO RODRIGUES FILHO  
IZABEL IZES DE A. BENAC  
JAIR ROCHA LEAL  
JOÃO PEDRO PIMENTEL  
JOÃO TELHADO PEREIRA  
JORGE CERQUEIRA ASSIS  
JORGE CLÁUDIO C. DE O. LIMA  
JORGE JACOB NETO  
JORGE LUIZ PIMENTA MELLO  
JORGE PALADINO CORREA LIMA  
JORGE XAVIER DA SILVA  
JOSÉ CARLOS FRANQUE

JOSÉ FRANCISCO CRESPI COLL  
JOSÉ LUIZ JACINTHO  
JOSÉ RODRIGUES M. DE ARAÚJO  
JOSUÉ LOPES DE CASTRO  
KARLHEINZ RUDONF MATTHIAS  
LAERTE DA CUNHA AZEREDO  
LEONARDO DE GIL TORRES  
LEÔNIDAS CASTRO MELLO  
LINDAURA DE SOUZA LIMA HARA  
LUIZ OTÁVIO NUNES DA SILVA  
LUIZ FELIPE C. GRAEFF VIANNA  
LUIZ SERGIO RAMADINHA  
MAISA DOS SANTOS GUAPYASSU  
MÂNLIO SILVESTRE FERNANDES  
MARCELO SOBREIRO  
MARCO ANTONIO DOS SANTOS  
MARCO ANTONIO R. DA SILVA  
MARCOS ELI DE OLIVEIRA  
MARIA APARECIDA A. AZEREDO  
MARIA DA CONCEIÇÃO E. VIANNI  
MARIA DA GRAÇA RISSI  
MARIA DAS DORES C. MACHADO  
MARIA DE LURDES DE A.  
RODRIGUES  
MARIA DO SOCORRO S. DA CUNHA  
MARIA IGNEZ CARVALHO FERREIRA  
MARIA PAZ ABRAIRA L. DE CRESPI  
MARIA VERÔNICA L. PEREIRA MOURA  
MARIANO ZATORRE  
MARINA ALVES DA COSTA  
MARINUS ADRIANUS SLEUTJES  
MARÍLIA DE CARVALHO BRASIL SATO  
MÁRIO HERMES FEITOZA  
MARLENE DE MELLO MALAFAIA  
MARTA WEBER DO CANTO  
MOACYR PERES MURY  
NÉA ALCINA DA SILVA LEITE  
NELSON MAZUR  
NELSON SOLEY  
REGINA ÂNGELA LANDIM BRUNO  
REGINA HELENA R. RAMADINHA  
RENATO ÁLVARO DE M. NASCIMENTO  
RENATO GUIMARÃES CASTANHEIRA  
RICARDO DA SILVA PEREIRA  
RICARDO DE MESQUITA GRENHA  
RICARDO VALCARTEL  
RICARDO VERTHEIN T. DE MACEDO  
RUBEM PORTO JÚNIOR  
RUTHBERG DOS SANTOS  
SOLANGE SÃO PAULO DE SOUZA  
SORAYA GARDEL CARELLI  
UMBERTO V. DE ANDRADE

### Outros Informes:

A Assessoria Jurídica da ADUR-RJ informou ao nosso gerente operacional, Sr. Ricardo Andrade da Cruz, que:

I) A Advocacia Geral da União (AGU) está sendo intimada a devolver os processos em relação à ação de 28,86% ao Jurídico da ADUR-RJ. Em posse dessa documentação, a Assessoria Jurídica da Associação irá encaminhá-la ao perito para a realização dos cálculos.

II) Os professores devem formalizar junto ao Departamento de Pessoal (DP) da UFRRJ seus pedidos de averbação do tempo trabalhado em condições insalubres ou perigosas, sob a égide da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), independentemente de estarem com suas ações referentes à INSALUBRIDADE em andamento.

A ADUR-RJ está à disposição para esclarecer possíveis dúvidas.

Professor, as novas carteirinhas do plano de saúde Unimed Costa Verde já estão disponíveis na sede da ADUR-RJ.



# Assembléia da ADUR critica proposta da CPPD/Reitoria para progressão funcional docente na UFRRJ

A ADUR-RJ realizou uma assembléia dia 12 de junho, na sede da Associação, para discutir e deliberar sobre os seguintes pontos de pauta: 1) Avaliação Docente -Proposta da CPPD; 2) Desconto consignado da ADUR-RJ; 3) Eleição de Delegados para o CONAD (veja box ao lado); 4) Criação de uma Comissão da ADUR-RJ para intermediar pendências junto ao Departamento de Pessoal da UFRRJ; 5) Assuntos gerais.

## Proposta da CPPD/Reitoria

Os professores tiveram acesso ao *ADUR Expresso* de 4 de junho, distribuído na UFRRJ, relatando que em recente reunião do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) da UFRRJ foi debatida uma proposta da Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD)/Reitoria que reforça o produtivismo na Universidade, reabilitando a Gratificação de Estímulo à Docência (GED). O Prof. Joelcildo Francisco da Rocha, representante dos Professores Adjuntos no CEPE, informou sobre as últimas reuniões do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFRRJ que analisaram a proposta da CPPD/Reitoria.

Pela referida proposta, o docente que desejar ascender profissionalmente à classe de Associado, por exemplo, deverá realizar atividades que computem pelo menos 420 pontos, sendo preciso dobrar a produção e acumular ainda mais funções do que as que já desempenha na UFRRJ.

Este ponto de pauta foi intensamente debatido. Alguns professores questionaram se a proposta da CPPD também é da Reitoria, pois, o documento apresentado para discussão na reunião do CEPE não teria sido formulado pela Administração Superior. A Diretoria da ADUR-RJ imediatamente enfatizou que, se a proposta não é da Reitoria e sim da Comissão Permanente de Pessoal Docente, a Administração Superior da UFRRJ não se opôs publicamente à referida proposta.

A Diretoria da ADUR-RJ também informou aos presentes sua preocupação em divulgar o documento da CPPD/Reitoria e a forma como ele está sendo discutido nas instâncias superiores desta Universidade. Denunciou o caráter produtivista da proposta de avaliação da CPPD e reiterou que não é contrária à avaliação dos professores, mas que é preciso que as especificidades e a autonomia dos Departamentos da UFRRJ sejam respeitadas. Foi destacado ainda que o assunto em questão exige a ampla participação dos docentes da Rural.

Em seguida, foi deliberado que a ADUR-RJ elaboraria um documento a ser enviado, com urgência, à Reitoria, à CPPD, ao CEPE e ao Conselho Universitário (CONSU), repudiando o encaminhamento da proposta da CPPD/Reitoria ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFRRJ. O mesmo documento explicitará os pontos expostos durante a Assembléia da ADUR-RJ, enfatizando que a proposta da CPPD é nociva para os professores da UFRRJ por reforçar o produtivismo na instituição. Defenderá a autonomia dos Departamentos da Rural, ressaltando que a ADUR-RJ não é contrária à avaliação funcional dos professores, desde que esta esteja pautada por um projeto de Universidade comprometido com os princípios há muito defendidos pelo ANDES-SN e pela Associação de Docentes da UFRRJ.

## Comissão/ DP da UFRRJ

Os docentes apresentaram críticas à morosidade do Departamento de Pessoal da UFRRJ. Aprovaram a criação de uma Comissão para intermediar as pendências de docentes junto ao DP, sendo esta composta pelos professores Francisco de Assis da Silva, Lenicio Gonçalves e Paulo Cezar Augusto de Souza.

O 53º CONAD (Conselho do ANDES-SN) acontecerá entre os dias 26 e 29 de junho, em Palmas (TO), tendo como tema principal: **AS LUTAS SOCIAIS E A DEFESA DA UNIVERSIDADE PÚBLICA.**

O evento será especialmente importante porque os delegados do ANDES-SN irão discutir e aprovar as propostas do Sindicato Nacional para serem apresentadas no I Congresso da Coordenação Nacional de Lutas (MG, julho de 2008). Durante o CONAD, a nova Diretoria do Sindicato, eleita em maio passado, tomará posse. À frente do ANDES-SN estarão os professores Ciro Correia (ADUSP), José Vitório Zago (ADUNICAMP) e Solange Bretas (ADUFU). O Prof. Luis Mauro S. Magalhães (ADUR-RJ) comparecerá ao evento, pois, uma vez eleito primeiro vice-presidente da Regional Rio do ANDES-SN, também será empossado durante o 53º CONAD.

A assembléia da ADUR-RJ de 12 de junho aprovou que os seguintes professores representem a Associação no CONAD: Frederico José Falcão (Delegado) e Lenir Lemos Furtado Aguiar (Observadora).

